

CABRAL, Rafael Ribeiro. **NEKREJX¹ – etnografia performada da Festa do Bemp Mebêngôkre-Kayapo nas confluências do Rio Xingu e Rio Fresco – PA.** Belém-PA: Universidade Federal do Pará. UFPA; Doutorado em Artes; Giselle Guillhon Antunes Camargo; Bolsista CAPES.

RESUMO: A colonização fez esquecer o que a ação performativa faz lembrar na Terra Indígena Mebêngôkre-Kayapó (T.I. Kayapó). Ao lembrar, investigo a Festa do Bemp (peixe) da etnia Mebêngôkre-Kayapo na contemporaneidade por meio de minhas relações de parentesco e consanguinidade indígena Mebêngôkre-Kayapo para fins de atividade em performance artística destacando a antropologia da política como fulcro para pensar os discursos da política indígena Mebêngôkre no território amazônico-paraense. Utilizando os Estudos da Performance, o Perspectivismo Ameríndio, a Etnografia Performada de Edith Turner e Victor Turner, como caminhos para pensar a Festa do Peixe como ritual de nomeação articulado com as ilegalidades das magias kubem (não indígena). Assim, a Festa do Peixe na contemporaneidade recombina diferentes elementos (corporais, sonoros, visuais) devido a ocupação ilegal do território pelas grilagens de terra, garimpos e hidrelétricas que modificam a circulação indígena pelo território amazônico. Os resultados serão os compartilhamentos de confluências preliminares desta pesquisa em andamento no Programa de Pós-graduação em Artes na Universidade Federal do Pará.

PALAVRAS CHAVE: Mebêngôkre, performance política, festa do peixe

ABSTRACT: The colonization made forget what the performative action recalls in the Mebêngôkre-Kayapó Indigenous Land (T.I. Kayapó). In recalling this, I investigated the Mebêngôkre-Kayapo Bemp (fish) Festival in contemporary times through my relations of kinship and indigenous Mebêngôkre-Kayapo consanguinity for purposes of artistic performance, highlighting the anthropology of politics as a fulcrum for thinking the discourses of indigenous Mebêngôkre policy in the Amazonian-Paraense territory. Using Performance Studies, Amerindian Perspectivism, Performed Ethnography by Edith Turner and Victor Turner, as ways to think of the Fish Festival as a nomination ritual articulated with the illegalities of Kubem (non-indigenous) magic. Thus, the Festival of the Fish in the contemporaneity recombines different elements (corporeal, sonorous, visual) due to illegal occupation of the territory by the land grilagem, garimpos and hydroelectric that modify the indigenous circulation by the Amazonian territory. The results will be the sharing of preliminary confluences of this ongoing research in the Graduate Program in Arts at the Federal University of Pará.

KEYWORDS: Mebêngôkre, political performance, fish festival

¹ “*Majá kuni me ôatob*” – tudo aquilo que as pessoas amontoam.

Nos tempos antigos, muito antigos os Mebêngôkre moravam no céu. Lá em cima, muito em cima. Não precisavam de nada, pois tinham tudo. Havia todas as comidas: batatas-doce, milho, mandioca, banana, inhame... em um dia especial, um guerreiro da classe *megenge*², descobriu no meio do mato um buraco de tatu. Como ele queria pegar o animal, começou a cavar. Cavou muito, a noite toda. Depois de cavar tanto, encontrou um tatu gigante. Porém ao mesmo tempo ele furou o buraco celeste que dividia o espaço sideral do planeta Terra. Eles despencaram lá de cima e caíram na Terra.

Com uma tempestade terrível, o vento impulsionou o guerreiro antes de cair de fato na Terra, levando ele de volta ao precipício do buraco no céu e ele pôde observar a Terra de cima. De cima, ele viu a floresta, os rios e os campos. Voltou correndo para sua aldeia para avisar todos: “cavei um buraco no céu”. Contou tudo que havia acontecido para todos os parentes. Todos os parentes queriam ir atrás do buraco, muitos ficaram com medo, outros decididos, seguiram para o buraco.

Até que os dois chefes da aldeia conversaram sobre o que deveriam fazer naquele momento: descer o buraco ou ficar no céu. Ficaram pensando por muito tempo, até que decidiram que iam migrar para a Terra. Pensaram que iam descer. Criaram estratégias. Até que decidiram que desceriam por meio de um fio celeste que conectava tudo e todos. Reuniram todos os cordões, braceletes, cinturões, tudo que pudesse aumentar a corda para os parentes descerem.

Até que conseguiram fazer uma corda comprida e começaram a descer um por um o buraco do céu. O homem da classe *mebenget* foi o primeiro a descer, destemido e livre, foi o parente que amarrou o final da corda em uma grande árvore. Daí começou a descida de toda a aldeia, primeiro os jovens, depois as mulheres e crianças, em seguida vieram os homens, e por último os velhos. Porém alguns parentes tiveram medo na descida e preferiram ficar lá no céu. Esses são as fogueiras do brilho das estrelas que ainda continuam no espaço.

E foi assim que começou toda a história de vida para os parentes Mebêngôkre e sua resistência pelas terras do continente sul-americano. Um

² A última classe (clã) de guerreiro Mebêngôkre.

passeio pelo território que data séculos atrás. Inicialmente subindo do Planalto Central até o Norte do Mato Grosso e Sul do Pará, onde hoje estão, demarcados por uma lei.

Figura 1. Mapa do Brasil por satélite – pontos mais claros (áreas ocupadas) – Pontos mais escuros (áreas indígenas).



Fonte: Google map, 2018.

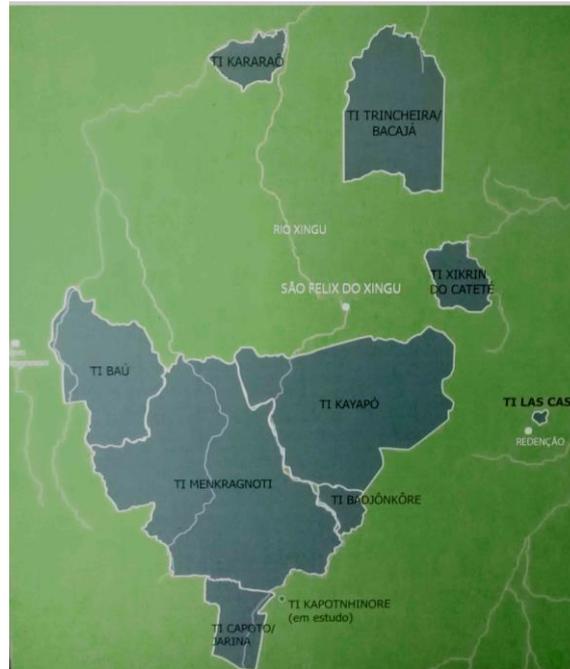
Figura 2. Mapa do Brasil por satélite – pontos mais claros (áreas ocupadas) – Pontos mais escuros (áreas indígenas).



Fonte: Google map, 2018.

O grupo indígena Kayapó (como é denominado pela antropologia) autodenominado Mebêngôkre, é composto por índios espalhados em diversas sociedades, ocupando, atualmente, nove terras indígenas, uma ainda em processo de estudo até o momento, quais sejam: Terra indígena Kararaô, Terra Indígena Trincheira/Bacajá, Terra Indígena Xikrin do Cateté, Terra Indígena Kayapó, Terra Indígena Baiojôkôre, Terra Indígena Capoto/Jarina, Terra Indígena Menkranoti, Terra Indígena Baú, Terra Indígena Las Casas, e a Terra Indígena Kapotnhinore que encontra-se em processo de estudo de demarcação.

Figura 3. Terra Indígena Mebêngôkre-Kayapó.



Fonte: Edição do autor, 2018

Na literatura antropológica, distinguem-se dois grandes grupos Kayapó: o grupo dos Kayapó Setentrionais (Mebêngôkre), tema central deste trabalho, habitantes de uma grande porção de terras situadas no sul do atual Estado do Pará e norte do Mato Grosso; e os Kayapó Meridionais, que ocupavam extenso território no sul do estado de Goiás, sudeste de Mato Grosso, noroeste de São Paulo e o Triângulo Mineiro.

Os Kayapó Setentrionais ou Kayapó do Norte formavam uma única aldeia ancestral, num passado remoto, denominada GorotiKumerem, estabelecida na região sul do Pará, na margem esquerda do rio Araguaia. Os Kayapó Meridionais ou Kayapó do Sul, cujos únicos descendentes são os Panará, conhecidos inicialmente por Kreen-Akarôre, Krenacore, ou, ainda, "índios gigantes", habitam a região compreendida pela serra do Cachimbo, no Estado Pará.

Reconhecidos como Kayapó "cara de macaco ou como macaco" (em tupi) pelo Povo Karajá, de língua tupi, os Kayapó, se autodenominam em sua língua Jê, como "povo do buraco d'água ou da nascente do rio". Esses foram os últimos a se entregarem para a força nacional em favor do movimento de pacificação. Porém sua resistência na contemporaneidade se dá basicamente na ocupação do território brasileiro por meio das cisões na Terra Indígena

demarcada e por vezes pela utilização e cooperação de garimpos ilegais por atores ilícitos e seu beneficiamento da degradação ambiental para a sobrevivência no meio ao caos instalado no sul do Pará.

No começo deste século, a maioria dos kayapo morava em uma grande aldeia denominada Pykatoti, com uma população estimada de 6000 ou mais habitantes. Esta aldeia tinha a forma tradicional circular, compreendendo três circunferências concêntricas de diâmetro médio superior a 1.050 metros. Pykatoti era dirigida por dois mebenjadwyrax (caciques “fortes”) e numerosos mebenjadwyrax (caciques secundários). As mulheres também possuíam uma organização bem estruturada com sua própria menire nhô mebenjadwyrax (capitã) a cargo da organização das atividades econômicas ligadas à agricultura e à vida social feminina. (POSEY, p. 22, 1992).

Houve ao longo desse tempo muitas modificações, tanto quanto a estrutura espacial da aldeia, quanto modificações rituais. Esses estudos estão em processo preliminar na pesquisa de doutoramento do Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Pará. Esse estudo aponta para uma espécie de etnografia performada da Festa do Peixe Mebêngôkre. Identificar recombinações das performances ocorridas na Festa do Bemp – Peixe em duas aldeias: uma pertencente a uma das primeiras cisões do século XX, localizada em Redenção – Aldeia de Kaprankrere; e outra localizada no município de São Felix do Xingu (extremo sul do Pará) – Aldeia Apexti – imersa no resultado de várias cisões.

E como transformar tudo isso em atividade performada? Para quê? Por quê? Uma *incorporação* a partir da experiência nativa como base de conhecimento que é compartilhado por meio da performance. Epistemologia e práticas nativas que realizam a unidade do sentir, pensar, fazer. Parte desse trabalho decorre das “etnografias performadas” encenadas por Victor e Edith Turner na década de 1980. Ele critica a clássica tradição crítica “objetiva” ocidental e respeita a teoria nativa em/como ação. (SCHECHNER, p. 39, 2003).

(...) o que estamos chamando de “corpo”, portanto, não é uma fisiologia distintiva ou uma anatomia característica; é um conjunto de maneiras ou modos de ser que constituem um habitus, em ethos, um etograma. Entre a subjetividade formal das almas e a materialidade substancial dos organismos há esse plano central que é o corpo como feixe de afetos e capacidades, e que é a origem das perspectivas. Longe do essencialismo espiritual do relativismo, o perspectivismo é um maneirismo corporal. ” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 66).

Este campo de pesquisa se mistura profundamente com minhas matrizes indígenas matrilinear. Porém não coloca-me como nativo, pois mesmo reconhecendo, estudando, pesquisando, estando junto aos meus parentes indígenas, eu não nasci, não fui criado e não participei dos principais rituais ao longo da vida Mebêngôkre. Como venho mencionando em trabalhos anteriores (CABRAL, 2013, 2015), a (re) descoberta matrilinear da história da minha família materna acompanha o movimento de andança Mebêngôkre pelo território. Bisavó – pacificador do Serviço de Proteção aos Índios – SPI; Bisavô – uma legítima indígena Mebêngôkre.

Devido um processo natural colonizador mostrado por Roberto Cardoso de Oliveira, a fricção interétnica configura um lugar liminar pra entender as relações sociais e suas recombinações. Ambas as categorias podiam ser consideradas sintomas dos sistemas de exploração econômica e de dominação política que segmentos regionais da população brasileira exerciam (e em muitas regiões ainda exercem) sobre os povos indígenas. (OLIVEIRA, 2005, p. 22)

Esses sistemas ainda presentes, modificam, re combinam e reconfiguram o local, o espaço e os corpos por meio da dependência de uma nova lógica que fricciona o saber tradicional indígena Mebêngôkre às magias kuben (não indígena).

MEJKUMEREX – estética implicada numa ordem ético-política.

Em decorrência dos ataques aos Povos indígenas do Brasil, criou-se a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI. Há 107 anos o estado brasileiro criou o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), a primeira política indigenista criada no Brasil. E posteriormente, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, vinculada ao Ministério da Justiça.

As bases do atual órgão de Proteção aos índios brasileiros – FUNAI, teve sua origem relacionada a estruturação do extinto SPI. Criado pelo Decreto-Lei n.º 8.072, de 20 de junho de 1910, o SPI teve como objetivo ser o órgão do Governo Federal encarregado de executar a política indigenista,

implementar estratégias de ocupação territorial e assegurar a proteção dos indígenas originalmente donos da terra e do Brasil.

Essas discussões ganharam força com os movimentos acadêmicos na área das humanidades e também o forte interesse mundial na Amazônia. Esse interesse, dava-se na criação de projetos de integração da Amazônia com o restante do Brasil. Um momento de profunda atenção de intelectuais, indigenistas, e principalmente do governo brasileiro e suas alianças internacionais.

A preocupação em domesticar as populações “brabas” da floresta profunda, deu-se pela necessidade de adentrar a mata em busca de minérios e pedras preciosas sem nenhum empecilho e possivelmente com ajuda de quem realmente conhece o território. Essa performance data a chegada dos colonizados e se restaura a cada época de uma forma diferente. Estado brasileiro quer estabelecer proteção aos indígenas, possibilitar saúde e educação aos mais necessitados.

E até pouco tempo diversas áreas historicamente indígenas foram entregues para seus pertencentes a partir da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI. Ufa, conseguimos demarcar! Mas de que forma? O que seria um alívio frente à política de extermínio e invisibilidade existente desde a criação da primeira constituição do Brasil em 1924 – que ignorava a existência das sociedades indígenas nômades, prevalecendo uma ideia de sociedade brasileira, globalizada, homogênea – colocava de um outro lado as populações tradicionais indígenas brasileiras demarcadas em um território fixo, ausentes de seus movimentos nômades e da coexistência étnica.

No Censo 2010, o IBGE aprimorou a investigação sobre a população indígena no país, investigando o pertencimento étnico e introduzindo critérios de identificação internacionalmente reconhecidos, como a língua falada no domicílio e a localização geográfica. Foram coletadas informações tanto da população residente nas terras indígenas (fossem indígenas declarados ou não) quanto indígenas declarados fora delas. Ao todo, foram registrados 896,9 mil indígenas, 36,2% em área urbana e 63,8% na área rural. O total inclui os 817,9 mil indígenas declarados no quesito cor ou raça do Censo 2010 (e que servem de base de comparações com os Censos de 1991 e 2000) e também

as 78,9 mil pessoas que residiam em terras indígenas e se declararam de outra cor ou raça (principalmente pardos, 67,5%), mas se consideravam “indígenas” de acordo com aspectos como tradições, costumes, cultura e antepassados. (IBGE, 2010).

Mesmo com esse movimento de auto declaração promovido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, muitos indígenas preferem viver como isolados, sem aproximação com a sociedade ocidentalizada. Ou mesmo nem conhecem a categoria “índio” promovido pelo Censo. Mas a questão realmente se dá por um entendimento do que é ser “índio” hoje. E a compreensão dessa performance, dar-se-á a partir de uma lógica da política Kubem³– a política brasileira, constitucionalmente falando. E para a política Mebêngôkre? Ou Tembê? Ou Assurini? Ou tantas outras?

Em uma Terra Indígena a necessidade do governo brasileiro de colocar escolas e postos de saúde dentro das aldeias e avassaladora. O mapeamento das Terras Indígenas é também uma questão de controle do espaço e das pessoas. As áreas demarcadas são estratégias de mapeamento do território para a exploração e para o desenvolvimento tecnológico brasileiro a partir das áreas que não são “ocupadas” estrategicamente.

Essa estratégia na época do Brasil Colonial, dava-se por meio das Assembleias das Províncias, favorecendo a entrada, a domesticação e a política de extermínio de parentes indígenas por comissão das catequeses promovido pela igreja católica. Esse marco promoveu um agrupamento territorial em colônias – vilas – organizando os corpos em determinados locais, levando a impactos significativos das dinâmicas nômades e ocupação territorial indígena no Brasil.

Também foram identificadas 505 terras indígenas, cujo processo de identificação teve a parceria da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) no aperfeiçoamento da cartografia. O Censo 2010 investigou pela primeira vez o número de etnias indígenas (comunidades definidas por afinidades linguísticas, culturais e sociais), encontrando 305 etnias, das quais a maior é a Tikúna, com 6,8% da população indígena. Também foram identificadas 274 línguas

³ “Não indígena” na língua Mebêngôkre.

indígenas. Dos indígenas com 5 anos ou mais de idade 37,4% falavam uma língua indígena e 76,9% falavam português.

A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas PNGATI foi bastante importante para chegarmos até aqui. Infelizmente a política do atual do governo eleito, Jair Bolsonaro, não reconhece esses avanços, justificando que a quantidade de Terra indígena está sendo mal utilizada pelos donos de suas próprias Terras. O PNGATI teve início em setembro de 2008, quando o governo brasileiro instituiu um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), reunindo setores do Ministério do Meio Ambiente (MMA), da Funai e representantes da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) com a finalidade de elaborar uma proposta de Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas.

O PNGATI e sua política de demarcação de Terras Indígenas coexistem dois movimentos. O primeiro, um movimento acelerado de demarcação de T.I. – Terras Indígenas, possuindo diversos materiais bibliográficos no site da FUNAI de indigenistas que trabalharam no processo de demarcação T.I.; um desses da amiga Eliane Pequeno da FUNAI de Brasília “Trajetória da reivindicação Kayapó sobre a Terra Indígena Badjônkôre”⁴, dentre outros trabalhos disponibilizados no site da FUNAI escritos por indigenistas que trabalharam no processo inicial de demarcação das Terras Indígenas.

E outro movimento, que situo neste momento para o desenvolvimento desse trabalho, uma questão peculiar alertado por Terence Turner em “De sociedades autônomas para a coexistência interétnica”, onde o autor descreve a perda da autonomia do território brasileiro por parte dos indígenas. Um movimento que repercuti até hoje na organização social Mebêngôkre-Kayapó, onde os corpos precisaram se fixar em determinados espaços em decorrência do processo de demarcação das T.I. Esse movimento favoreceu a perda da autonomia, do nomadismo Mebêngôkre em sua andança pelo território brasileiro.

A mudança mais radical provocada pelo contato mais intenso com a sociedade nacional foi a perda dessa relativa auto-suficiência: bem antes do estabelecimento de contato pacífico com a sociedade brasileira, todos os grupos kayapó tinham deixado de ser unidades políticas, sociais e culturais

⁴ http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/Revista-Estudos-e-Pesquisas/revista_estudos_pesquisas_v1_n2/Artigo7-Eliane-Silva-Pequeno.pdf

autônomas. A perda de autonomia resultava em parte da necessidade de defesa contra os ataques de representantes de fronteiras em avanço e em parte da dependência em relação à sociedade brasileira para a obtenção de bens essenciais, como armas e ferramentas, assim como de artigos “de luxo” de valor simbólico, como miçangas (TURNER, 1992, p. 317).

Nesse movimento ando investigando as modificações – recombinações das matrizes culturais (LIGIEIRO, 2011) da Festa do Bemp – Peixe – dentre os parentes da etnia Mebêngôkre-Kayapó às dinâmicas próprias das práticas performativas ou performances culturais indígenas, ou alienígenas. Pois “Índigena”, por outro lado, é uma palavra muito antiga, sem nada de “indiana” nela; significa “gerado dentro da terra que lhe é própria, originário da terra em que vive” (VIVEIROS DE CASTRO, 2016).

O antônimo de “índigena” é “alienígena”, ao passo que o antônimo de índio, no Brasil, é “branco”, ou melhor, as muitas palavras das mais de 250 línguas indígenas faladas dentro do território brasileiro que se costumam traduzir em português por “branco”, mas que se refere a todas aquelas pessoas e instituições que não são indígenas. Essas palavras indígenas têm vários significados descritivos, mas um dos mais comuns é “inimigo”, como no caso do yanomami ‘napë’, do kayapó ‘kuben’ ou do araweté ‘awin’.

Com essa breve descrição de uma das tensões mais caras para esta pesquisa (pré) liminar, encontro-me localizado na Festa do Bemp: uma festa de nominação entre os parentes Mebêngôkre localizados em São Felix do Xingu (aldeia Apexti) e Redenção (Kaprankrere). Duas aldeias, dois topos – uma matriz e uma desgastante recombinação contemporânea e necessária. Minhas casas-corpo, meus locais de compreensão de minha pessoa e de meu passado.

A tensão política que trago para esta discussão, contribuem para o entendimento das leis de motivação e desmotivação para o Povo Mebêngôkre localizados no Estado do Pará – (que situam as festas como encontros sociais e políticos) que não são tão diferentes das questões envolvendo território e exploração para o restante das inúmeras etnias localizadas no estado brasileiro. Algo que venho escrevendo ao longo de um certo tempo e que me faz localizar meus ancestrais num tempo-espço relacional com os parentes destas duas aldeias mencionadas acima.

Porque funciona uma lógica entrecruzada por detrás da lógica Kubem – da política brasileira. Primeiramente no contexto Mebêngôkre não existe a palavra família. A unidade básica de relações familiares é a família extensa gerada por residências uxori-local, consistindo em mulheres irmãs e homens de outras casas incluídos por casamento (ou seja, maridos). A família extensa matriuxori-local, chamada “casa” (*kikre*), é o segmento ou unidade fundamental da organização social Mebêngôkre.

A segunda lógica é da organização espacial da aldeia. Uma grande circunferência com casas concêntricas distribuídas ao longo e para frente da praça principal com uma casa política – Ngobe – onde a política Mebêngôkre se restaura a cada fala e cada organização.

Essa segunda lógica tão importante que configura o local da resistência indígena Mebêngôkre. Uma lógica combinada através da disposição das casas que estão escritas por meio da composição do sistema solar, acompanhando a linha leste-oeste da órbita dos planetas. A composição das casas e a ordem da vida Mebêngôkre está nessa compreensão da disposição das casas segundo essa ordem.

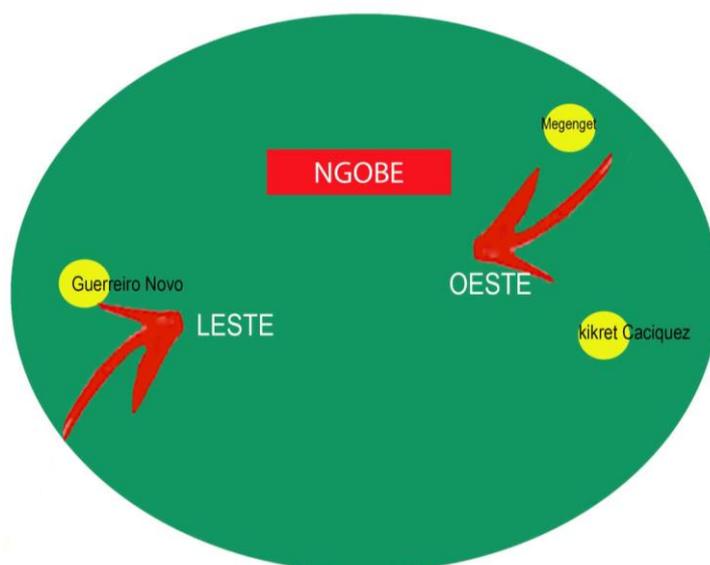
Essa ordem se estabelece por meio de duas categorias que juntas formam o senso de ética e estética Mebêngôkre – *Mejkumerex*. A palavra *Mejkumerex*, rotineiramente falado por todos os Mebêngôkre acentua uma beleza que valoriza um outro tipo de estética, uma estética dos esforços e dos indivíduos por redes de trocas mútuas. Duas palavras, *Meit* – belo, e *Kumerex* – correto, normalizam a vida cotidiana Mebêngôkre.

Essas duas palavras configuram o sistema Mebêngôkre tanto das suas ordens de parentesco quanto das estruturas espaciais de uma aldeia tradicional Mebêngôkre. O que é evidente ao conversar com um parente e perguntar determinadas coisas, ou poderá ser *punure* – ruim, ou será *mejkumerex* – bonito e correto.

Do ponto de vista geográfico reconhecem dois pontos cardeais: leste (*koikwa-krai*) e oeste (*koikwa-enhôt*). O leste é uma região bem definida, localizada geograficamente. É o lugar de origem dos Mebêngôkre e os mitos sobre as origens, concretamente localizados, situam-se nesta região. O oeste é simplesmente um ponto de referência convencional de delimitação do espaço, em oposição a leste, mas não definido, ninguém, poderia situá-lo. Segundo os índios, é o “fim do mundo”. (VIDAL, 1977, p.18,).

Levando em consideração a localização cardinal citada por Lux Vidal e comprovado por mim ao longo dos últimos anos, a circularidade espacial da construção das casas se baseia por esses parâmetros de localização. A região leste está a localização da floresta (figura 1), e oeste a região ocupada por Kubem.

Figura 4. Diagrama de forças principais da política Mebêngôkre.



Fonte: Rafael Cabral, 2018.

Outro ponto importante é a localização dos chefes de guerra da aldeia que se dá por meio da mesma lógica da órbita dos planetas (leste-oeste): o kikret (casa uxoriocais) do guerreiro mais novo constrói suas casas na lateralidade em contraposição aos guerreiros mais velhos da classe menbeget (guerreiros mais velhos). Em uma interpretação das forças da vida, observo ser a compreensão do percurso da vida, entendendo o pôr-do-sol, o final, onde a luz se põe: ao oeste – morada do guerreiro mais velho.

Na política Mebêngôkre existem dois tipos de guerreiros cada um com determinadas funções, cantos particulares, e danças específicas estilizadas para cada Kikret⁵. Esses são lembrados por seus ancestrais Kukrut-Kakó (osso de tapir) e Ngo-Kon-Ngri (cabeça pequena). Esses foram criados nas profundezas das mulheres peixes reconhecendo diferentes animais viventes no fundo da água.

⁵ “Casas” em Mebêngôkre – mais do que isso existe uma compreensão ontológica sobre casa-morada que vai além da compreensão de casa como habitação.

Uma ave de rapina assombrava a aldeia e devorou a tia dos irmãos ancestrais. O pai dos garotos criou os meninos debaixo d'água para se tornarem homens bem fortes, capazes de matar a ave temida para vingar sua parente. Ele construiu uma estrutura de madeira para que os garotos ficassem dentro da água com a cabeça para fora apenas.

De cinco em cinco dias a mãe levava beiju de mandioca para comerem. O rio que eles se tornaram gigantes foi o Koka-ti, Rio Araguaia. Quando ficaram grandes o pai deixou eles saírem da água e voltaram para a aldeia. Depois os pais construíram uma grande caixa de buruti para os irmãos morarem. O pai falou das aves que assombravam a aldeia e que matou sua tia.

No alto de uma árvore estava o ninho do grande gavião real. A ave já havia devorado muitos indígenas: facilmente pegava em suas garras e levavam para cima. Após sair da água, os irmãos ficaram gigantes e puderam subir até a árvore onde estava o ninho do gavião real. Eles foram armados de machado de guerra e lança, cuja a ponta era feita de um grande osso de jaguar.

Conseguiram chegar até o ninho e libertar todos os parentes que ali estava. Foi quando a ave avistou os irmãos e com a ponta de osso eles conseguiram matar a águia. Os dois ancestrais sopraram a águia no monte de penas, espalhando-as em todas as direções do vento. Com isso, a penugem transformou-se em pássaros de toda a espécie.

A organização social Mebêngôkre hoje na contemporaneidade representa alguns sinais desta matriz ancestral. Com dois chefes de guerreiro e um Benajure (cacique). O cacique na comunidade Mebêngôkre é responsável por ouvir todos e conseguir os pedidos da comunidade, particularmente ele não decide muita coisa, pois as decisões da aldeia são destinadas a comunidade e fundamentalmente as mulheres, o que distingue a lógica machista e misógina adotada por antropólogos, que em sua maioria, foram os que escreveram sobre os Mebêngôkre-Kayapo.

METORO⁶ BEMP

Dando passagem aos meus ancestrais localizo a festa do Peixe como local para pensar a organização da Festa do Peixe na contemporaneidade e o

⁶ “Metoro” categoria de festa, festividade, ritual, na língua Mebêngôkre.

que recombinau até este momento, levando em consideração os rearranjos éticos, estéticos e políticos. Lembrando que esta investigação está em fase preliminar, onde ainda não consegui obter dados mais precisos sobre tais recombinações a partir do que poderia ser considerado “matriz” de som, de pintura ou do movimento.

Mas o que tenho como hipótese neste momento é que as narrativas estão em processo de construção contínuo, reconfiguram as histórias de tempos em tempos. Não somente as narrativas, mas as pinturas se modificam, os sons e as coreografias (num sentido etimológico).

O sussurro de meus ancestrais, de Bepgoroti – o grande senhor dos trovões – e das mulheres peixes, intuo a partir desse mergulho de minha cabeça no buraco d’água, em minha aproximação nos últimos anos com os parentes Mebêngôkre das aldeias de Apexti (localizado em São Felix do Xingu) e Kapramkrere (localizados no município de Redenção), que essas recombinações foram se modificando a partir da ocupação do território pela população brasileira e fundamentalmente pelo agronegócio.

Um desastre ao meio dos ataques dos gaviões que necessitam novamente mergulhar guerreiros e criar novos guardiões para as novas ameaças que estarão por vir. Contudo ainda existe bastante esperança, principalmente quando se está na aldeia. Ouvi-los é o mais fundamental de tudo, e perceber que nada está tão perdido como sugerem os kubem.

Uma ocupação que começa a partir da árvore de milho. Uma árvore ancestral que localiza os Rios Araguaia-Tocantins. Rios importantes para a divisão do Povo. Uma árvore que caiu e gerou diferentes milhos, cada um germinando para um lado. Uns foram para o oeste, outros para o leste. Da aldeia ancestral Gorotire-Kumerem, uns viraram milhos de kayapo, outros xikrin. E assim foram de dividindo. (CABRAL, 2013). Essa divisão datando o final do século XIX nessas terras paraenses.

Nessa localidade está a primeira grande cisão do Povo, o começo da ocupação desenfreada da terra, começando a criar estratégia de sobrevivência e ocupação do território. Dar-se pelo processo de cisões que caracterizam a criação de novos agrupamentos ao longo dos Rios Xingu e Fresco no Sul do Estado do Pará.

A festa do bemp (peixe) é uma festa que acontece em períodos sazonas entre os meses de agosto, setembro, outubro e novembro. Não acontece de forma fixa nesse período, podendo variar duração os meses. Não acontece com a mesma frequência em todas as aldeias. Algumas vivenciam a festa do Bemp outras não realizam em determinados anos. Algumas aldeias levam os indivíduos que precisam ser iniciados para outras aldeias maiores de acordo com um sistema de parentesco.

As aldeias maiores realizam todos os anos a festa do Peixe. A festa do peixe é uma festa para nomeação e as vezes de casamento. Possui uma complexa rede de significados nominados para os iniciados e neófitos. As maiores festas do bemp costumam durar até três meses quando a aldeia possui muitos fundamentos para realizar, ou seja, muitas crianças para iniciar, muitos jovens para trocar de nomes, ou mesmo os adultos em suas últimas classificações. Geralmente os nomes são dados por um sistema de classificação onomástico tendo quatro classificações (nheget, kawaty, tabdjwy, tabdjwi).

Cada classificação está de acordo por uma quantidade de nomes mejkumerex (bonitos) que cada indivíduo vai receber de seus nominadores. Esses nomes podem seguir o sistema de classificação ou podem ser sonhados. O sistema de classificação tradicional é de acordo com a rede de relação de parentes, mãe do pai, irmão do pai, pai do pai, para os homens, e, pai da mãe, mãe da mãe e irmã da mãe para as mulheres.

Esse sistema de parentesco ainda está sendo montado ao longo dessa pesquisa e posteriormente estará mais claro de acordo com uma verificação mais precisa entre os parentes das aldeias. O que se sabe é que o indivíduo passa algumas vezes por esse ritual de nomeação recebendo sempre muitos nomes. Será chamado de acordo com o que os parentes cotidianamente irão chamar de acordo com a lógica do jogo de casas dispostos ao longo da circunferência (figura 4).

A festa do bemp possui algumas fases que variam de acordo com o período e com a organização de determinada aldeia Mebêngôkre. A primeira fase é o Bep-menoronu, está associado ao ritual de nominador Bemp (inicial do

nome que será dado ao iniciado). A segunda fase era Me-kutop-ã-kangare⁷. A terceira fase ocorre na floresta e está ligada a uma caçada a anta, com participação dos iniciados, o kukrut menõrõnu⁸. A quarta fase é menõrõnu ngroa⁹. A quinta fase é uma cerimônia muito elaborada, o menõrõnu ngô-re ou ngôreraitxi que também se desenvolve na floresta, por ocasião da grande pescaria de timbó¹⁰. Finalmente, a sexta fase é um curto ritual, realizado na aldeia, do qual tomavam parte dos homens, o rosto pintado todo de preto com pó de carvão, por isso chamado o me-kuka-tuk. No final deste ritual procedia-se à nomeação dos chefes de categoria menõrõnu.

Voos futuros

Por fim, isto nos basta por esse momento. Algumas aproximações do tema sugerido para esse capítulo. Coisas para desenvolver e conferir dados mais atuais sobre a pesquisa da atual política brasileira, principalmente o que conflui o PNEGAT. Esta pesquisa se desenvolvendo no Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Pará – Amazônia – Brasil.

Com as categorias e aspectos da política Mebêngôkre, percebemos, ainda que em sobrevoos, a mudança de perspectiva. Esse perspectivismo que interessa falar, não apenas pela variação dos aspectos estéticos, mas o entendimento de uma nova ética, implicada em uma política bastante característica do Povo Mebêngôkre.

O Metoro Bemp, mostra-se como um evento onde questões relacionadas ao território e aspectos mais aproximáveis do que entendemos sobre “arte”, estariam confluindo nas penas soltadas por esse enorme gavião. Cada pena uma compreensão sobre as estruturas que motivam a ocupação devida dos Mebêngôkre pelo território brasileiro, ainda que demarcados por fronteiras.

Referências Bibliográficas

⁷ O mekutop é um capacete de cera no qual é fincado um ornamento de penas, o okopari. Kangore era uma das numerosas sociedades de homens e que atua nesta fase.

⁸ Classe de iniciados.

⁹ O ngroa é uma tora de buriti que é transportada pelos homens, divididos em categorias de idade até o centro da aldeia.

¹⁰ Uma pescaria característica de muitos indígenas. Realizado por um cipó batido na água (de forma ritual) que elimina uma substância tóxica chamada de retinona que adormece o peixe.

“OS INVOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA” por Eduardo Viveiros De Castro – aula pública durante o ato Abril Indígena, Cinelândia, RJ, 20/04/2016

CABRAL, Rafael. Ameríndios Mex: Um estudo do treinamento corporal a partir dos grafismos de animais sagrados para etnia Mëbêngôkré da aldeia de Apexty. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Teatro) – Universidade Federal do Pará, 2013.

CABRAL, Rafael. Teia de Pykatôti: um estudo da corpografia mëbêngôkré do Rio Fresco na Amazônia Brasileira. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará, 2015.

CAMARGO, Giselle Guilhon Antunes. Antropologia da Dança I. Florianópolis: Insular, 2013.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Revista ANTHROPOLÓGICAS, ano 9, volume 16(2): 9-40 (2005).

POSEY, Darrell A. Ciência Kayapó. IN.HAMÚ, Denise. Ciência Kayapó: alternativas contra a destruição. Belém: Museu Emilio Goeldi, 1992.

SCHECHNER, Richard. “Pontos de contato” revisitados. In. Antropologia e Performance: ensaios na pedra. Org. DAWSEY, John. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

TURNER, Terence. Os Mëbêngôkre Kayapó: história e mudança social – de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. In. CUNHA, Manoela Carneiro. História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

TURNER, Victor. O processo ritual. Petrópolis: Vozes, 1974.

VIDAL, Lux B. (1977) – Morte e Vida de uma Sociedade Indígena Brasileira. Os Kayapó-Xikrin do Rio Cateté. SP, Editora HUCITEC / EDUSP.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Metafísicas canibais. 1. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2015.